

H

Título -> Diretrizes gerais e Operacionais de capacitação inicial em serviço dos Educadores de
Cipeis.

Autoria -> GDF/66A

Ano -> 1995

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DE PERNAMBUCO
DIRETORIA DE SERVIÇOS EDUCACIONAIS
DEPARTAMENTO DE CAPACITAÇÃO DE PESSOAL

Diretrizes Gerais e Operacionais de Capacitação Inicial em Serviço dos Educadores de Apoio

1. APRESENTAÇÃO

A construção de uma escola pública de qualidade em Pernambuco, é uma das prioridades da ação governamental, hoje direcionada à favor das demandas educacionais das classes populares, através da ampliação e qualificação dos serviços educacionais.(1)

Ao adotar como premissa básica a educação como um dos principais instrumentos de formação da cidadania, e ao selecionar como diretrizes básicas a generalização da educação e a garantia da permanência escolar com qualidade, a valorização do trabalho do educador e a democratização do processo de concepção, gestão e execução da política educacional, nada mais se faz do que concretizar anseios populares construídos ao longo da história.(2)

Nesse sentido a construção de uma escola pública de qualidade passa pela recuperação da credibilidade desta escola, que depende não somente da melhoria das condições efetivas de trabalho dos educadores - espaço, tempo e recursos pedagógicos, das remunerações dos serviços, das relações sociais de trabalho e de produção de saberes à favor da transformação social - como também do seu comprometimento com as causas populares e de sua atuação profissional responsável, competente e crítica.

Daí que ao definirmos a atual Política de Capacitação para o pessoal de educação, partimos da concepção da capacitação enquanto um processo de descoberta científica e tecnológica que possibilita ao educador: entender o papel da ideologia dominante, transformar as relações sociais de trabalho e de produção de saberes na escola, descobrir e realizar coletivamente a competência de ensinar o saber sistematizado universal, articulando-o ao saber popular e ao que há de mais moderno no mundo contemporâneo; possibilitando a toda comunidade escolar: compartilhar significados e desenvolver habilidades indispensáveis à análise, à interpretação e à intervenção na

realidade social.(3)

Compreendemos que pouco adianta uma política de aperfeiçoamento de pessoal que ignore o peso desqualificador, desmotivador e alienante da forma como é vivida a divisão social do trabalho expressa na escola através das relações hierarquizadas e burocratizadas.

"Parte-se da percepção que a organização capitalista do trabalho é por natureza desqualificadora, de formadora e alienante, a própria empresa (escola) tem de buscar mecanismos "educadores" externos ou paralelos à experiência de trabalho que por natureza é deformadora. O capital teve de inventar uma "pedagogia da fábrica". E não faltaram pedagogos, psicólogos, assistentes sociais e administradores para aplicá-la ('') caindo na ilusão de pensar que a formação dos trabalhadores (educadores) é uma tarefa externa à relação social que é inerente à própria empresa (escola)".(ARROIO, M-1985)

Conspirar contra a "pedagogia da fábrica" tem sido a tarefa de alguns educadores que de modo "alternativo" vêm construindo novos espaços pedagógicos apoiados pela contradição do sistema e pelo seu compromisso com uma escola de qualidade para as classes populares.

No momento histórico em que este princípio passa a ser diretriz da política educacional do governo, a política de capacitação enquanto ação-meio se apoia na organização dos trabalhadores (na escola) - cujos interesses não antagônicos somam forças para a transformação de uma sociedade historicamente determinada.

Assim posto, capacitação é educação, é "ação cultural libertadora" que parte do compromisso com as classes populares para uma competência técnica, fundamentada numa prática democrática, cuja operacionalização é ação-dialógica de sujeitos responsáveis, solidários e comprometidos com o exercício da cidadania.

"Por diálogo educativo não entendemos simplesmente uma conversação ou intercâmbio de conteúdos: nele está implícito a realidade social a ser transformada. A realidade histórica e determinada torna-se meio que solda educador - educando (técnico-professor) em uma relação horizontal: educação supõe então uma tomada de consciência e uma luta para transformar a realidade histórica que condiciona o processo de desenvolvimento. É nesse sentido que a luta organizada é parte importante do diálogo educativo, fator decisivo na transformação da consciência e das condições concretas da existência dos sujeitos da educação"(PINTO, J.B. - 1976).

E é função da escola tornar cada um, cada vez mais qualificado para viver, agindo para que cada cidadão possa tornar-se dirigente (GRAMSCI, A).

Assim a democratização da escola depende da democratização da função de pensar, conceber, decidir e executar coletivamente o saber fazer pedagógico, "possibilitando a toda comunidade escolar compartilhar significados, desenvolver habilidades e críticas, posturas e propostas, produzir conhecimentos e formas de articulação (interdisciplinariedade) que dêem conta das relações da natureza e da sociedade" (WEBER, Silke, 1987).

Consequentemente a capacitação deixa de ser uma tarefa paralela às atividades escolares, buscando no cotidiano escolar o seu conteúdo de reflexão - teorização - instrumentação-transformação. Deixando assim de ser informação e treinamento de novos conhecimentos e habilidades, passando a ser investigação coletiva da problemática real, transformada em temática educacional, possibilitando a articulação dos diversos saberes (sistematizados, empíricos, teóricos e práticos) ampliando o grau de percepção e consciência dos sujeitos do processo (especialistas - professores - alunos) revelando possibilidades e diferentes alternativas de ação.

Daí que capacitar é tratar a subjetividade ideológica das pessoas, é contribuir para a superação das contradições entre "comando" e as "bases", é socializar saberes e poderes.

Portanto de nada valerá mudar o vocabulário (substituir "supervisão escolar" por "educador de apoio" ou "coordenador de área") se não se superar o caráter individualista, a concepção fiscalizadora e a hierarquia das relações; se não se criar uma nova postura e a rotatividade do poder na instituição escolar; se não nos considerarmos trabalhadores construtores ao lado de outros trabalhadores de uma nova ordem social, fruto da nossa luta, da nossa hegemonia de nossa visão política de uma educação voltada para atender os interesses das classes populares

Daí que ao concebermos a prática do educador de apoio, como uma atividade de capacitação em serviço na escola, não podemos isolá-la da prática pedagógica docente, nem da organização político-social da escola. Portanto mudar a função supervisora e orientadora em atividade docente, implica em mudar as relações sociais de trabalho e de produção na escola, o seu processo de ensino e o seu produto social - a aprendizagem.

"A meu ver a "supervisão libertadora" (assim como às demais funções técnicas na escola) deveria se aproximar do sentido que dá Antônio Gramsci ao intelectual, isto é, o organizador da cultura na escola. E o que se produz na escola? produz-se aprendizagem.

Organizando a aprendizagem, organiza-se também o ensino (este não é um produto mas um meio de pro ção) as relações de produção da aprendizagem.

Dentro de uma concepção capitalista de produção de bens o supervisor é um mero controlador e não um criador de cultura. Para ser educador e não domesticador o supervisor - educador deve produzir coletivamente a aprendizagem não apenas in telectual, mas igualmente afetiva, ética, social, e política, libertando-se (e a escola) do seu ranço capitalista e burguês".

(GADOTT, Moacir - 1979)

Assim compreendido é função do EDUCADOR DE APOIO: - desenvolver um processo contínuo sistemático e coletivo de reflexão - teorização - sistematização - reconstrução, da prática pedagógica na escola, priorizando as reais necessidades e possibilidades da comunidade escolar, apoiando a sua ação científica de desocultamento ideológico e de intervenção na realidade social. Apoiar a escola na organização da sua gestão colegiada (auto-governo docente - discente - comunitário - político - pedagógico - administrativo) contribuindo efetivamente enquanto organizador da cultura da escola, para a qualificação dos serviços educacionais a favor das classes populares.

Nessa perspectiva a Secretaria de Educação de Pernambuco, ao lado de ações que apressem a generalização de uma escola pública de qualidade para as classes populares, propõe uma capacitação inicial em serviço, seja, uma iniciação teórico-prática na atividade do Educador de Apoio.

Como forma de operacionalizar esta capacitação que tem função formadora e seletiva apresentamos o seguinte programa:

2. PROGRAMA

2.1. Círculos de Debates aos sábados, aonde se discutirá a problemática:

- temática educacional, articulando-se a partes teóricas - contidas nos documentos básicos, textos e fa las de educadores desta Secretaria e da Comunidade Acadêmica - à leitura e intervenção na realidade escolar. O debate da Temática Educacional possibilitará aprofundar o conhecimento do real, enriquecendo-o com a análise dos seus determinantes e facilitando a ampliação qualitativa da consciência e das possibilidades de diferentes alternativas de ação em

cada contexto, sem perder a visão de totalidade de trabalho do processo social - educativo.

- 2.2. Observação - participante: durante 3 dias na semana leitura do real com quem vive o cotidiano escolar. E a realidade concreta da escola como ponto de partida do processo educativo, de investigação e análise coletiva dos problemas, das suas causas e possibilidades de resolução. A observação participante deve revelar o grau de percepção dos educadores sobre a realidade assim como apoiar a transformação das percepções e da própria realidade. Esse processo deve envolver todos os que pertencem à comunidade escolar, tomando como objeto de conhecimento a organização político-social da escola, as relações sociais de trabalho e de produção cultural, seu currículo em quanto prática - pedagógica, seus rituais, seus condicionamentos estruturais e conjunturais, suas possibilidades de concretizar a política educacional proposta pelo governo.
- 2.3. Registro e Sistematização do Estudo - investigação das experiências - vivenciais - leituras do contexto e dos textos (aportes teórico-práticos); das aprendizagens realizadas nos confrontos de percepções e saberes, na análise dos problemas - temas de estudo decorrentes do contexto escolar - social, que expressam a compreensão das relações estruturais dos fatos pedagógicos e da organização social do trabalho, meios e modos de produção, e dos resultados ou produtos - aprendizagens coletivamente produzidas.
- 2.4. Apresentação de Proposta de Trabalho como Educador de Apoio; que dê conta do conjunto de relações e de aprendizagens realizadas, que viabilize o Projeto Educacional do Governo apoiado nas Diretrizes Básicas, nas Políticas de Ensino (Currículo e Capacitação) e na realidade da própria escola contextualizada e historicamente compreendida.
- 2.5. Avaliação das aprendizagens realizadas nas condições apresentadas, do referencial teórico - prático, das relações de trabalho e da viabilidade da proposta de trabalho como educador de apoio e da capacitação em serviço na escola.

DOCUMENTOS CITADOS:

1. Documento Diretrizes do Governo Popular de Pernambuco - CONDEPE 1987
2. Documento Nordeste no Horizonte de Quinze Anos - Secretaria de Educação de Pernambuco - 1987
3. Documento Política de Capacitação da Secretaria de Educação de Pernambuco - 1987